

## REQUERIMENTO Nº 668 ,DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações, a serem solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca das ações e medidas deste Ministério para minorar os índices de conflitos agrários e violência nas zonas rurais decorrentes dessas disputas no estado do Amazonas:

1. Quais são os municípios do estado do Amazonas que mais têm registro de conflitos agrários?
2. Qual é a extensão das áreas, por município, que apresentam conflitos agrários no estado do Amazonas?
3. Quais as principais causas de conflitos de terras no estado do Amazonas, observadas por este Ministério?
4. Quais as medidas adotadas por este Ministério para erradicar os altos índices de conflitos e violência nas zonas rurais no estado do Amazonas?
5. Quais as políticas públicas federais que estão em execução para resolução de conflitos agrários no estado do Amazonas?
6. Há convênios ou parcerias firmadas por este Ministério com outros órgãos federais, com o estado ou municípios do estado do Amazonas para erradicar os índices de violência e de conflitos agrários no estado?
7. Em quais municípios do estado do Amazonas há áreas passíveis de serem incluídas em uma reforma agrária ampla?
8. Qual a extensão dessas áreas, por município, no estado do Amazonas passíveis de serem incluídas em uma reforma agrária ampla?
9. Há planejamento por parte deste Ministério para realizar uma Reforma Agrária no estado do Amazonas?

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em recente matéria jornalística, foi divulgado que os Estados do Norte do Brasil, em especial, o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins apresentam os maiores índices de ameaças de morte envolvendo disputas por terra. A informação é da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que divulgou relatório sobre os conflitos no campo em 2011. De acordo com o documento, houve um aumento de 15% no total de ocorrências, em comparação com o ano anterior.

As ameaças envolvem trabalhadores rurais, pequenos proprietários, quilombolas, indígenas, sem-terra e madeireiros, grileiros, fazendeiros e agentes públicos. Os confrontos entre esses grupos saltaram de 1.186 para 1.363, segundo a CPT. Em todo o País, o número de ameaçados de morte evoluiu de 125, em 2010, para 347, em 2011.

Desta forma, importante se faz conhecer as medidas a serem adotadas por este Ministério para evitar o surgimento de conflitos agrários com registro de altos índices de violência e mortes resultantes desses conflitos.

Sala das Sessões, em      de junho de 2015.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCdoB/Amazonas**

À Mesa para decisão